

## CONFERÊNCIA DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS / 2000

### **Movimento 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular**

Maxim Repetto

Doutorando em Antropologia - UnB

Depois de que delegações indígenas marcharam por todo o Brasil durante o mês de abril, realizou-se uma importante Conferência Indígena que reuniu representações dos povos indígenas de todo o Brasil, entre os dias 18 e 21 de abril de 2000 na Terra Indígena Coroa Vermelha (Bahia)–Brasil, onde se discutiu a situação vivida pelos povos indígenas nos últimos 500 anos. Já antes da chegada das delegações ao local da conferência, havia um clima tenso que no decorrer das discussões gerou uma racha entre as lideranças indígenas. Parecia que na hora de rerepresentar a chegada portuguesa no que hoje é Brasil, o grande drama dos povos indígenas cravava-se na carne viva da terra, ciclicamente.

Durante uma semana, através da mídia o Brasil e o mundo assistiram uma encenação completa. Onde foi revivido um momento histórico idealizado. Vários quadros interpelando-se.

Em Coroa Vermelha, a 20 km de Porto Seguro onde seriam as comemorações oficiais, acontecia a conferência indígena, onde lideranças de todo o Brasil discutiam seus problemas e insistiam em colocar propostas, em meio de discussões relativas a orientação do evento.

Em outro canto, a 60 km de Porto Seguro, um grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), era barrado por tropas da policia militar, os quais se transformaram no principal alvo da repressão do sistema político que perfeitamente poderíamos de chamar como democradura[1]. Isto projetando as idéias de Taussig (1993) da utilização do terror como um elemento constituinte das estruturas coloniais na Colômbia, e que pode ser levado a outras áreas da América do Sul, para entender isso que pode ser a impunidade estrutural, que legitima os conflitos sociais de dominação com o silêncio da indiferença e a exclusão (Repetto, 1997), e que foi fervorosamente teatralizado pelas tropas de choque da policia militar.

A continuidade colonial, também estava representada pelo presidente do Brasil e Portugal, juntos no local da primeira missa. Cercados de um grotesco esquema de segurança, que os protegia dos claros indícios de protesto social. Faltou à cena a réplica da nau Capitânia, que afundou por falta de chumbo. A televisão produz um mega evento.

Havia também representantes dos movimentos negros, de partidos políticos, estudantes, membros das tribos punk urbanas, e até antropólogos.

Na conferência indígena, era evidente a necessidade de cada delegação se apresentar, levantando vozes de resistência, cantos de dor, nostalgias difíceis de negociar em certos momentos

emotivos, quando a raiva e o desengano soltam lágrimas que molham as bochechas e atrapalham a voz. Mas havia muita alegria também, gente jovem se preocupando com o futuro, com esperanças e conflitos, mas depois de todo, pessoas, seres vivos sedentos de uma vida melhor.

A racha na conferência indígena refletiu uma tensão difícil entre dois pólos quase ideais. Um no extremo emotivo querendo fazer da conferência indígena um grande protesto, chorar, dizer forte que pese ao massacre estão vivos, como seja, que depois de 500 anos da chegada dos portugueses ainda pensam uma diferença que os projeta facilmente até os próximos 500 anos, onde prometeram estar protestando novamente. No outro extremo, a situação gerada pelos mal entendidos e a falta de diálogo, apresentavam a um grupo minoritário de lideranças indígenas da Amazônia, querendo negociar com o governo quase que desesperadamente alguns benefícios particulares.

Talvez errou o Conselho Indígena Missionário (CIMI) durante o evento, ao tentar conduzir os acontecimentos e a conferência, sem discutir abertamente com todas as lideranças indígenas, erro de assessoria política. Isto implica aceitar que o trabalho mais ou menos organizado das lideranças indígenas prefere se representar assim mesmo, onde o CIMI deverá revisar essa sua pretensão de ser mediador permanente, seja em relação aos poderes sacros ou profanos. Talvez o mesmo numa outra escala, terá que fazer o governo brasileiro, que pretende isolar os movimentos sociais, querendo que a participação indígena legitimasse o evento da re-apresentação dos 500 anos. Queriam que os índios aparecessem nas fotos da mesma maneira como aparecem nas pinturas onde portugueses celebram missa, observados por seres curiosos saídos de outra dimensão do real.

As próprias dinâmicas de relações coloniais no Brasil, podem se comparar com as que descrevem para missões evangélicas na África do Sul Comaroff & Comaroff (1991), onde os ensinamentos de missionários articularam todo um processo de mudança social dirigida, que permitiu o surgimento do movimento (ou dos movimentos) indígena(s) no Brasil. Matos (1999) se refere a isto, ao estudar o início das reuniões e assembleias dos movimentos indígenas, as quais receberam um decidido apoio de setores progressistas da igreja católica. Onde a política identitária e territorial do Estado transformou-se em discurso de afirmação étnica e reivindicação legalista (Albert, 1997). Albert (1997) trata isto a partir de dois processos um de reflexividade cultural e outro de hibridação, o que gera uma mobilização indígena que articula recursos simbólicos próprios, combinando três grandes registros de legitimação, o identitário, o político-étnico e o ecológico.

Neste contexto podemos ver nas atitudes de grupos de lideranças uma tensão no transcurso do evento, entre uma espécie de *nostalgia estrutural* (Herzfeld, 1997), que remete por um lado a uma representação coletiva do passado indígena livre dos conquistadores, como base para um essencialismo estratégico de resistência, um saudosismo de renovação espiritual, com a intenção de realizar uma verdadeira pajelança de protesto. Por outro lado apareceu um *pragmatismo* negociador

ressaltado na idéia de levantar propostas ao governo, mostrando uma postura que pode ser associada à idéia da Sahlins (1997a), quem vê neste tipo de atitudes políticas em relação à cultura uma espécie de "indigenização da modernidade", refletida na vontade de domesticar os chamados "projetos de desenvolvimento", usando meios modernos para fins indígenas (Sahlins,1997b).

Constatamos assim, fazendo uma generalização talvez ampla demais, que na conferência indígena se apresentaram as diversas realidades de vida e processos históricos a que os povos indígenas tem sido submetidos no processo de expansão ocidental.

Nas regiões do nordeste, litoral e sul do Brasil, vivem diversos povos que sofreram uma grande massacre. A espoliação de suas sociedades e o roubo de seus territórios, feito numa cumplicidade entre empreendimentos particulares e estatais, que garantiram através da escravidão, da dependência, do clientelismo, um sistema assistencial/tutelar, disputado também por igrejas e diversas instituições e organizações não governamentais e inclusive alguns antropólogos. O sistema porem, foi ineficiente na hora de atender as necessidades e serviços prometidos como contrapartida na participação do processo de formação nacional. São regiões onde as populações indígenas vivem emprensadas em pequenas terras, invadidas culturalmente pelas sociedades regionais, sob o estigma da extinção. Nestas regiões se destacam os processos de recuperação dos povos indígenas, com os conseqüentes conflitos no processo de territorialização e organização (Oliveira,1999), mas onde há uma vitalidade do que Sahlins (1997a) chamou movimento cultural indígena, que contesta as hegemonias regionais, nacionais e mundiais.

Na Amazônia, o processo de invasão foi posterior, se conservou um maior volume populacional, se preservaram importantes territórios e sobre tudo nos últimos anos, a Amazônia é objeto de atenção mundial, por ser uma das últimas reservas da biosfera, um ponto de inversão. Amazônia representa 60 % da população indígena total do Brasil que chega aproximadamente as 350 mil pessoas. As lideranças destas regiões vêem chegar grandes investimentos, projetos de grande escala e de grande impacto, mineradoras, madeireiras, invasores de todo tipo. Frente a esta situação manifestam uma clara necessidade de participar nas tomadas de decisões que lhes afetam, por isto insistiram na obrigação de apresentar propostas ao governo, nas quais se possa dar continuidade aos convênios de saúde, aos projetos econômicos e de educação que o governo federal está apoiando.

Ficaram assim estas duas posições sem poder dialogar, o que não se mostrou produtivo, e deu um tom estranho à conferência, causando diversas reações, desde a não compreensão dos interesses em jogo, o descontentamento e dúvidas. Parecia que para uns era bom que não se aprofundassem certas discussões, mas que se trabalhasse outras, enquanto para outros, era conveniente exatamente o contrário.

Em quanto às lideranças indígenas voltaram a mostrar que cada vez são mais ativos no que refere a seus problemas, buscando parcerias menos degradantes para não apenas serem objetos de práticas de tutela, buscando falarem e atuarem eles por eles, deixaram ver também, debilidades organizacionais. Como é que um evento deste tipo chega a ser controlado por instituições que apenas devem servir de apoio ? Onde está o problema operativo de uma ação política que busca a melhora nas condições de vida de um universo social de mais de 215 povos, vivendo em realidades muito diferentes? Isto é explorado por Ramos (1998), ao refletir sobre a visibilidade dos povos indígenas no Brasil, quando não chega a 1 % da população, e como a partir de estereótipos se dá a construção do campo indigenista no Brasil.

Fica a pergunta, Como mediar entre os processos políticos locais e as articulações nacionais? Como dar conta no Brasil do que, por exemplo, no Peru é discutido a partir das relações entre categorias amplas, como mestiço e indígena, onde se mostra uma necessidade de aproximação para fortalecer o movimento indígena (Chirif,1997), que é articulado também como um movimento camponês de massas que envolve altas porcentagens da população nacional.

Talvez seria interessante para os movimentos indígenas no Brasil, discutir mais sobre os aspectos de conteúdo político, ideológico e programático em atenção aos diferentes níveis de relação espaço/temporal em que se relacionam com a sociedade nacional, da qual fazem parte. Isto no sentido de fortalecer profundamente não só a consciência e identidades no processo de confrontos de idéias e práticas na construção de contra-hegemonias mais participativas, mas especialmente no sentido de criar uma base de idéias e ações coerentes para si próprios, considerando as dificuldades das diferenças, e que sendo ampla, possua uma dinâmica de elasticidade, mas de força, onde as diferenças consigam se acomodar aos processos de mudança social. Implica desde a formação profissional das novas gerações, a definição de conteúdos políticos claros para conceitos como autonomia, autogestão, necessidades territoriais, alianças estratégicas (necessárias) com outros movimentos sociais, necessidades culturais de mudança e aperfeiçoamento. Fica assim permitida a oportunidade de levantar uma crítica às práticas políticas e culturais da sociedade brasileira. As diferentes situações de vida e histórias dispersas pelo Brasil adentro, podem ser vistos como um empecilho, mas é um processo que se constrói e fortalece cada dia. Avaliando a história do movimento indígena desde os anos 1970 até agora, se aprecia uma mudança e maturidade acelerada, por diversos fatores que se relacionam especialmente com as exigências de relações no campo indigenista.

Mas quais são os problemas que os movimentos indígenas deverão tentar solucionar? São muitos e a solução depende da vontade política do governo federal nas lutas pelo controle da hegemonia, depende também muitas vezes da má vontade dos governos estaduais ou municipais, ou

ainda a interferência de um ou outro "aliado". Sobre tudo, as respostas a estes problemas devem vir das próprias comunidades afetadas, é o drama das necessidades de participação social contra a repressão e o terror. Quem deve pensar sobre isto não são só os índios, mas é a sociedade nacional. Os índios sabem disso.

Quando as delegações falaram sobre os problemas das **terras**, ressaltaram a falta de reconhecimento oficial da existência dos povos indígenas na prática, evidenciado pela inexistência ou lentidão dos processos demarcatórios, na crescente demanda por aumentar as terras pequenas e na dificuldade de conseguir recursos para pagar indenizações aos invasores das terras indígenas. Ressaltaram também a necessidade de articular “projetos de vigilância”, fiscalização e proteção ambiental.

No tema **educação**, solicitaram mais escolas, mas que possuam um caráter “diferenciado”. Reivindicaram a criação de cursos especiais de nível superior para estudantes indígenas, tanto para professores como para todo tipo de profissionais. Que se cumpra um dos fundamentos da interculturalidade, que é a existência de conteúdos culturais e pedagógicos indígenas nas escolas de não índios e o reforço às línguas indígenas.

Sobre **saúde**, reclamaram pelos problemas de atendimento e transporte, chamando a atenção sobre a necessidade da continuidade dos convênios entre FUNASA e organizações indígenas. Que exista um resguardo e uma fiscalização dos conhecimentos tradicionais indígenas contra pesquisas e patenteamentos inescrupulosos.

Sobre **política indigenista**, propuseram reiteradas vezes que seja vinculada diretamente à presidência da república, onde seja garantida a participação das comunidades e a nomeação de um indígena na presidência da instituição indigenista.

Quanto à **produção**, solicitam programas de atividades auto-sustentáveis para as comunidades indígenas. Propõem a criação de fundos e programas de crédito especial para custeio das lavouras agrícolas nas áreas indígenas. Com isto querem dizer que faltam alimentos, financiamentos e apoio tecnológico.

No campo da **legislação**, exigem aprovação da Convenção 169 da OIT e do projeto de lei Estatuto das Sociedades (dos Povos) Indígenas. Para o qual um grupo de 30 lideranças indígenas estão reunidos em Brasília durante o mês de maio, acompanhando as discussões no congresso nacional.

Sem lugar a dúvidas, melhoras nestas situações implicam um grande desafio, já que mesmo sendo antigas reivindicações feitas ao estado, cada dia se depende mais da própria capacidade de autogestão indígena. Parece que é nesta autogestão que entra a necessidade de dar conteúdo a idéia

de autonomia, se relativa ou total, e isso vai depender da articulação não só na política em nível nacional, mas também e sobretudo, na articulação de base, na capacidade de autocrítica das assembleias regionais, no controle social dos sistemas de representatividade territorial ou organizacional.

Por outra parte solucionar estes problemas de verdade, implica em buscar respostas mais amplas, que envolvam outros setores sociais solidários ou marginalizados e excluídos.

Finalmente fica claro, depois dos tristes episódios de repressão e violência institucional contra os índios, os sem terra, o movimento negro e estudantes, que o Brasil tem grandes problemas sociais e que precisa discutir sobre isso. Deve-se reconhecer que o sistema não é democrático, e que são precários os mecanismos de controle social sobre o sistema de representatividade. Há exclusão, sendo um país rico há muita pobreza. Mas como é que se enfrentarão estes problemas nos próximos 500 anos ? Que papéis ativos assumirão os diferentes setores sociais, os pesquisadores nas suas universidades de elites distantes dos problemas sociais? Porque a resolução dos problemas sociais dos índios, dos sem terra e sem teto, dos sem esperanças, precisa uma ação clara. Se não, é brincadeira, é legitimação. É aproveitar-se do esquema corrupto da dominação. Deixemos aos índios a tarefa de solucionar parte de seus problemas que também são nossos, mas temos que colaborar a solucionar nossos problemas que também são os de outros. (*Brasília, 11 de maio de 2000*)

## **BIBLIOGRAFIA**

**Albert, Bruce 1997** Territorialité, Ethnopolitique et Developpement: à propos du mouvement indien en amazonie brésilienne. Em Cahiers des Ameriques Latines. No. 23. Éditions de L'HEAL. França.

**Chirif, Alberto 1997** "Identidad y Movimiento Organizativo en la amazonia Peruana". Em Horizontes Antropológicos, ano 3, no. 6 (135-159).

**Comaroff, Jean & Comaroff, John 1991** Of Revelation and Revolution. Christianity, colonialism, and conscious in South Africa. The University of Chicago Press. Chicago-London.

**Herzfeld, Michael 1997** Cultural Intimacy. Social Poetics in the Nation - State. Routledge. USA.

**Matos, Maria Helena Ortolan 1999** "O Movimento Pan-Indígena no Brasil: a participação dos índios em assembleias e a formação de uma comunidade "imaginada" e uma identidade supra-étnica. Em: PÓS. Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais. ICS – UnB. Ano III, No1. (pp. 39-58)

**Oliveira, João Pacheco de 1999** A viagem de Volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. João Pacheco de Oliveira F. (org.) Contra Capa. RJ.

**Ramos, Alcida 1998** Indigenism. Ethnic Politics in Brazil. The University of Wisconsin Press. USA.

**Repetto, Maxim 1997** Políticas Indigenistas en el Cono Sul. Argentina y Chile frente a los Mapuche, siglos XIX y XX. Dissertação de mestrado em antropologia social, Universidade de Brasília.

**Sahlins, Marshall 1997<sup>a</sup>** "O pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). Em MANA – Estudos em Antropologia Social. Vol. 3, No 1, IV. Museu Nacional, RJ.

**1997<sup>b</sup>** "O pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). Em MANA – Estudos em Antropologia Social. Vol. 3, No 2, X. Museu Nacional, RJ.

**Taussig, Michael 1993** Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura. Ed. Paz e Terra. RJ (1983)

*Agradeço os comentários de Nívio, Beatriz, Helder, Stephen e Gabriel, embora assumo sozinho a responsabilidade pelo texto.*

---

[1] Termo crítico e popular cunhado no Chile para se referir a farsa da democracia, uma vez que ditadores da América Latina já reconheceram seus regímenes como dicta-mole.